

Presidente do Parlamento francês visita o Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Assembleia Nacional da França, deputado Bernard Accoyer. De acordo com Sarney, o Brasil vive uma boa fase, enquanto a crise ainda está presente na Europa. **3**

Geraldo Magela



Bernard Accoyer (E) com Sarney em frente ao Congresso Nacional



Base governista na CCJ rejeita requerimentos, apoiados pela oposição, de convocação de Dilma Rousseff e Lina Vieira

Mais facilidade para bloquear bens de servidores foragidos

Projeto aprovado na CCJ agiliza indisponibilidade de bem de agente público sob investigação; rejeitada convocação de Dilma e Lina Vieira

O projeto de Exedito Júnior aprovado ontem permite a juízes decretar de ofício a indisponibilidade de bens de agentes públicos sob investigação ou acusados de enriquecimento ilícito que estejam foragidos.

A CCJ ainda aprovou outros projetos e rejeitou três requerimentos para que a ministra Dilma Rousseff e a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira prestassem esclarecimentos sobre suposto encontro que tiveram no ano passado. **4 e 5**

Brasil poderá crescer até 5% em 2010, diz Paulo Bernardo

Ao depor na Comissão de Orçamento, ministro atribui às medidas emergenciais adotadas pelo governo as "boas perspectivas" da economia. **2**

Governo perdeu controle fiscal? Senadores divergem

Arthur Virgílio acusou o governo de promover "gastança desenfreada". Mas, para Francisco Dornelles, a queda da arrecadação não é preocupante. **2**

Falta preparo para lidar com diversidade sexual na escola

Participantes de audiência chegam à conclusão de que falta aos professores formação adequada para tratar do tema no cotidiano escolar. **7**



Marisa Serrano (C) conduz audiência pública sobre diversidade na escola

José Cruz



Rosalba Ciarlini e demais senadores acompanham a exposição de Lobão Filho (à Mesa), relator do projeto

Cadastro nacional deve facilitar busca de criança desaparecida

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem proposta que institui o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Nele, devem ser registradas as características físicas e os dados pessoais dos desaparecidos. **7**

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, ministro do Planejamento manifesta otimismo em relação às perspectivas da economia brasileira; previsão da inflação para o ano que vem fica em 4,33%

Paulo Bernardo afirma que Brasil poderá crescer até 5% em 2010

AO PARTICIPAR DE audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), para atualizar os parâmetros do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2009, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, admitiu ontem a possibilidade de o governo federal rever para cima a previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) do país para 2010.

Segundo ele, na revisão dos cálculos de despesas e receitas que o Executivo deverá fazer até o final de novembro, poderá ser adotado um índice em torno de 5% de crescimento anual.

– Particularmente eu acho que vamos ter um índice de crescimento de mais de 4,5%. Eu não teria dificuldade em fazer a revisão para 5%, por exemplo. Nós temos que tomar cuidado para não exagerar e colocar um índice que

depois não se verifique e que, com a frustração de receita, exija cortes de despesas. Acho que é necessário haver um equilíbrio, mas creio que 5% hoje seria uma coisa razoável e acho que nem criaria muita polêmica – disse.

Paulo Bernardo considerou as boas perspectivas para a economia brasileira no próximo ano como resultado das medidas emergenciais que o governo adotou – tais como redução de taxas de juros, oferta maior de crédito e diminuição de impostos – para minimizar no país os efeitos da crise financeira mundial.

– O Brasil entrou atrasado nessa crise e já saiu, de modo que será possível mesmo ganharmos posições, inclusive em termos de *ranking* de PIB por conta do mercado interno – argumentou o ministro.

Salário mínimo

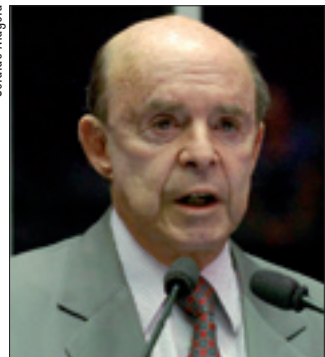
Com relação a outros parâmetros da proposta para 2009, o salário mínimo deverá passar para R\$ 505,90, já a partir de janeiro do próximo ano.

Receitas e despesas

O total de receitas primárias a serem arrecadadas em 2010, segundo os cálculos do governo para os orçamentos fiscal e da seguridade social, deve atingir R\$ 853,6 bilhões; as receitas financeiras, R\$ 884,8 bilhões. Já as despesas primárias devem ficar em R\$ 802,4 bilhões e as financeiras, em R\$ 936 bilhões.

Inflação

A previsão da inflação anual para 2010, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 4,33%.



Senador explica que imposto menor levou pessoas às lojas

Dornelles: queda de arrecadação não é preocupante

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), ex-secretário da Receita Federal e ex-ministro da Fazenda, afirmou em discurso que a queda de 7% na arrecadação federal de janeiro a setembro, comparando-se com idêntico período de 2008, não deve ser motivo para maior preocupação.

Segundo Dornelles, a redução temporária de impostos, para levar os consumidores novamente às lojas, comprando automóveis, motos, materiais de construção, geladeiras e fogões, diminuiu a receita em R\$ 19,5 bilhões nos primeiros nove meses deste ano. Só essas medidas explicam 54% da queda de arrecadação. Outros 15% (R\$ 5,3 bilhões) se devem a compensações tributárias, mecanismo pelo qual o contribuinte recupera o imposto que pagou a mais no passado contra um imposto que deve no presente, sobre as suas vendas mais recentes.

Um terceiro fator que explica a queda de arrecadação é o atraso no recolhimento de impostos, continuou Francisco Dornelles. É o caso do contribuinte que apura e declara, mas não paga por falta de caixa. Na prática, explicou, o "Leão" acaba funcionando como uma espécie de banco, em vez de tomar um empréstimo bancário.



Arthur Virgílio: novos impostos para financiar "gastança"

Virgílio diz que governo perdeu controle fiscal

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), acusou o governo de promover nos últimos anos "uma gastança desenfreada", perder o controle fiscal com a queda de receita provocada pela crise financeira e, agora, querer aumentar impostos para equilibrar as finanças públicas. O senador citou como tentativas de aumentar impostos a proposta de recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), sob o nome de Contribuição Social para a Saúde (CSS), a implantação do "imposto do livro" e a taxa de cadernetas de poupança.

Virgílio opinou que o governo errou ao tratar a crise financeira como "uma marolinha", assinalando que a Receita Federal admite que haverá uma queda de R\$ 64 bilhões na arrecadação deste ano. O senador entende que, "por ter apostado tudo na teoria da marolinha", o governo "continuou gastando muito" e adotou medidas "pouco criativas" para estancar a crise.

– O descontrole fiscal é hoje uma realidade, mas o governo continua tentando buscar a solução para os seus problemas no aumento da arrecadação, e não na contenção dos gastos – afirmou.



ACM Júnior adverte que medida pode prejudicar investimentos

ACM Júnior rejeita taxa de capital externo

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou em Plenário a decisão do governo de taxar em 2% as aplicações em renda fixa e em ações de investidores estrangeiros. Ele disse que os empresários estavam se capitalizando no mercado de capitais para ampliar a capacidade produtiva. A taxa de aplicações, que considerou "lamentável", poderá prejudicar o mercado de investimento, segundo o parlamentar.

O senador afirmou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tomou medidas equivocadas ao buscar o aumento da carga tributária para compensar a queda na arrecadação. A seu ver, a solução está no corte de gastos de custeio para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Antonio Carlos Júnior afirmou que o governo "vem mentindo" e tenta disfarçar situações para que seus equívocos não sejam comprovados.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que não pode haver omissão em relação a fatos importantes "nem convivência com as mentiras" do governo.

– Está se consagrando a mentira como arma de proteção àqueles que erram – disse Alvaro Dias.



Reservas externas devem crescer, afirma Suplicy

Suplicy apoia, mas cobra juros menores

A decisão tomada pelo governo federal de taxar a entrada de capital estrangeiro para investimentos em renda fixa e variável com o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP). Porém, o senador observou que a medida provavelmente precisará ser acompanhada por outras, como o aumento do volume de reservas externas e a diminuição da taxa básica de juros.

Suplicy leu artigos publicados na edição de ontem da *Folha de S. Paulo* sobre o assunto. O professor Antonio Corrêa de Lacerda, do departamento de economia da PUC-SP, opinou que impor um IOF de 2% sobre os movimentos de capitais não resolve, por si só, a valorização do real. No entanto, ele observou ser esse "um paliativo necessário", que, combinado com outras medidas, vai reduzir o espaço para a arbitragem na taxa de câmbio brasileira.

Em direção contrária, o economista-chefe do Grupo Santander Brasil, Alexandre Schwartzman, declarou que a medida limitará o ingresso de capitais no Brasil e trará consequências negativas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: três MPs trancam a pauta

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. A pauta continua trancada pelos projetos de lei de conversão 15/09 (MP 465/09), que trata de subvenção ao BNDES; e 16/09 (MP 466/09), que dispõe sobre serviços de energia elétrica nos sistemas isolados; e pela MP 477/09, que prorroga contratos vinculados a projetos de operação técnica.

Comissão examina vários acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 10h, para analisar textos de acordos com vários países. Examina também requerimento de voto de censura à polícia aduaneira de aeroporto de Roma sobre abordagem feita a Patrícia Saboya (PDT-CE).

Proposta de Lei Orçamentária para 2010 em discussão

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião com as comissões de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, para discutir, às 10h, o Anexo 5º da proposta de Lei Orçamentária para 2010. Participam o secretário de Macroavaliação Governamental, Maurício Wanderley; a representante do TCU, Verônica Maria Holanda; o representante do Conselho Nacional de Justiça, o juiz Rubens Curado; e o secretário de Planos e Orçamento do Ministério Público Federal, Paulo Cesar Brayer.

Congresso homenageia Força Aérea Brasileira

O Congresso Nacional realiza sessão solene, às 10h, no Plenário do Senado, para comemorar o Dia Nacional da Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviator.

Economia de água e defesa da concorrência em pauta na CI

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) examina, às 8h30, projeto de lei (PLS 504/07) que tem como objetivo incentivar a economia de água. A proposta que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência também será analisada na comissão.

Presidente do Senado recebe ministro de Angola

Às 11h30, o presidente da Casa, José Sarney, recebe o ministro das Telecomunicações de Angola, José Carvalho da Rocha. Lobão Filho (PMDB-MA), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) estarão presentes. Às 16h, dirige a sessão plenária.

CCT apresenta trabalhos a ministro de país africano

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) recebe, às 10h30, o ministro das Telecomunicações e Tecnologia da Informação de Angola, José Carvalho da Rocha, que vem conhecer os trabalhos da CCT.

Especialistas consideram marco para biocombustíveis necessário

Em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia, Ricardo de Gusmão Dornelles, disse que a discussão sobre um marco regulatório para os biocombustíveis ainda não evoluiu dentro do governo. Ele concorda, no entanto, que a atual legislação "precisa ser melhorada", embora pense no marco como "algo maior" que as atuais normas para o setor.

A audiência foi realizada pelo grupo de trabalho da CI que vai elaborar uma proposta desse marco regulatório. Gusmão apontou a necessidade da criação de modelos para estimular o desenvolvimento e a inserção de novas tecnologias na matriz energética, mencionando a desoneração tributária e as isenções fiscais. Ele defendeu o aumento de competências da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a retirada da prerrogativa do Estado de dar concessões para a construção de alodutos.

– Precisamos buscar a consolidação da legislação atual. É uma grande quantidade de decretos, portarias e leis e ninguém sabe o que ainda está em vigor. Tem que ser mais fácil para os agentes públicos e privados.

O diretor técnico da ANP, Allan Kardec Duailibe Filho, assinalou que houve um crescimento da demanda de veículos do tipo flex, o que levou ao aumento do consumo de álcool e à queda no de gasolina.

Inácio Arruda (PCdoB-CE), que presidiu a reunião, perguntou se o advento do petróleo da camada pré-sal não impactaria negativamente o desenvolvimento de biocombustíveis. Allan Kardec disse que não vê ameaça e que a competição internacional nessa área é salutar.

– Tenho até trabalhado mais depois do pré-sal, pois as demandas continuam – revelou.

Gusmão observou que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, destinou US\$ 100 bilhões para pesquisa científica, sendo que metade é apenas para o desenvolvimento de fontes de energia limpa. Ele acredita que a pauta internacional de redução de poluentes não mudará por causa do pré-sal e defendeu o estabelecimento, no marco, de formas de obrigar o investimento em pesquisa. "Temos as microalgas na produção de biodiesel, cuja produtividade é imensa", assinalou. Gusmão acrescentou que a Embrapa vem implantando, há dois anos, um núcleo de Agroenergia.



Gilberto Goellner, Allan Kardec, Inácio Arruda e Ricardo Gusmão na CI

Falta de consenso impede votação de recursos para ministérios

No comando da sessão conjunta de ontem do Congresso Nacional, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Márcio Maia (PT-RS), tentou, sem êxito, encaminhar a votação de projetos de crédito orçamentário. Os governistas queriam acordo para aprovar pelo menos um crédito orçamentário suplementar, de R\$ 921,5 milhões, em favor dos ministérios da Previdência e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mas os líderes da oposição permaneceram irredutíveis, apenas acenando com a possibilidade de transferir o exame para a próxima semana.

O líder da Minoria no Congresso, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), condicionou o exame desse e de outros pedidos de crédito à prévia discussão com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. O parlamentar argumentou que a arrecadação está em queda acentuada e, mesmo assim, o governo vem "despejando" mensagens de créditos adicionais, que já somariam mais de R\$ 30 bilhões.

A ideia era tratar do assunto

na audiência pública com Paulo Bernardo, ainda ontem, na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) – onde esses projetos são analisados antes de irem à votação em sessão do Congresso.

Com relação ao crédito em favor dos dois ministérios, o deputado Cláudio Cajado (DEM-BA) concordou que muitas ações previstas são positivas. No entanto, ponderou que a proposta (PLN 45/09) apresenta irregularidades, inclusive porque foi alterada a pedido do Ministério do Planejamento, por ofício, quando seria necessária uma mensagem presidencial.

A relatora da matéria, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), esclareceu que os recursos devem viabilizar, entre outras ações, a expansão e a melhoria da rede de agências da Previdência. Na área do Desenvolvimento Social, serão financiados projetos de inclusão produtiva em comunidades carentes e ações de segurança alimentar, como a construção de cisternas, restaurantes e cozinhas populares, além de distribuição de alimentos.

Projetos ratificam documentos de cooperação nas áreas de combate ao tráfico de drogas, aviação civil, pessoal diplomático, educação e prestação de socorro no oceano

Senado aprova cinco acordos internacionais

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem cinco projetos de decreto legislativo (PDSs) que tratam de textos de acordos internacionais celebrados pelo Brasil e que precisam ser referendados pelo Senado, conforme a Constituição brasileira. Todos os projetos seguem para promulgação.

Paquistão

O PDS 657/09 aprova o texto do acordo de cooperação entre Brasil e Paquistão para combater a produção, o consumo e o tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas.

O acordo, assinado em Brasília em 29 de novembro de 2004, faz parte dos esforços de ambos os países para melhorar a cooperação e a aplicação da legislação sobre o narcotráfico e coibir a prática. O acordo trata também do controle do comércio legal e do tratamento e reabilitação social dos dependentes químicos.

Panamá

O PDS 397/09 aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre Brasil e Panamá, com objetivo de facilitar o transporte de carga aérea e de passageiros entre os dois países. Celebrado em Brasília em 25 de maio de 2007, o convênio busca também reforçar as relações econômicas bilaterais, sobretudo no aspecto comercial.

O acordo trata de questões relacionadas com a segurança no transporte aéreo e foi inspirado na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago, em 7 de dezembro de 1944. Ressalta ainda que o sistema de transporte aéreo deve estabelecer oportunidades equitativas às



José Sarney (C) preside sessão plenária ao lado do senador João Pedro

empresas aéreas para o exercício de sua atividade.

Nicarágua

O PDS 508/09 aprova texto de acordo entre Brasil e Nicarágua sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Semelhante aos demais acordos assinados com mais de dez países ao longo da última década, esse ato internacional reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional. O acordo foi celebrado em Manágua em agosto de 2007.

Estados Unidos

O PDS 531/09 aprova texto de acordo entre Brasil e Estados Unidos para programas educacionais e de intercâmbio cultural. O acordo autoriza o fomento para todos os tipos de mobilidade acadêmica na área da educação superior, assim como o financiamento de programas e atividades educacionais e culturais relacionadas ao intercâmbio de estudantes,

docentes e pesquisadores, bem como a troca de informações entre os dois países sobre sistemas e práticas de ensino universitário. O acordo foi celebrado em Brasília em 27 de maio de 2008.

Salvamento no mar

Também acolhido o PDS 480/09, que aprova emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimos (SAR), de 1979, adotadas por meio da Resolução da Organização Marítima Internacional. Tais emendas estão em vigor desde 1º de julho de 2006.

O relator da matéria na CRE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que as emendas têm caráter humanitário e são importantes, pois o Brasil é responsável por região da SAR. Assim, com o texto aprovado, o Brasil continua fazendo jus aos mesmos direitos em outras regiões oceânicas.

As emendas feitas ao texto que trata da convenção ampliam o conceito de pessoa em perigo no mar para abranger também as que precisem de ajuda e tenham encontrado refúgio na costa, em local remoto, dentro de uma área oceânica inacessível a outro meio de salvamento.

Sarney recebe presidente do Parlamento francês

O Brasil conseguiu superar a crise financeira internacional e criará, em 2009, um milhão de empregos. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, em encontro na manhã de ontem com o presidente da Assembleia Nacional da França, deputado Bernard Accoyer. De acordo com Sarney, o Brasil vive uma fase boa, enquanto a crise ainda está muito presente na Europa.

Bernard Accoyer visita o Brasil acompanhado dos deputados Jean-Claude Lenoir e Chantal Berthelot, presidente e vice-presidente do Grupo de Amizade França-Brasil. Com essa viagem, eles assinalam a importância que a assembleia nacional francesa confere ao Ano da França no Brasil e ao avanço das relações estratégicas entre os dois países.

Na conversa, Sarney disse serem muito coesos os laços que unem brasileiros e franceses. Ele afirmou que a França é a segun-



Sarney cumprimenta Bernard Accoyer (E) e comitiva de parlamentares

da pátria cultural dos brasileiros, ouvindo em seguida Bernard Accoyer falar do sentimento de fascinação que experimenta com a abertura de perspectivas entre as duas nações.

Sobre investimentos econômicos, Sarney disse que, com o início da exploração de petróleo na camada pré-sal, o Brasil terá que pensar também em fortalecer suas defesas, aplicando mais

recursos em tecnologias para a proteção dessas áreas.

No programa da visita do presidente da Assembleia Nacional da França, está uma palestra, amanhã, no Rio de Janeiro, sobre a situação econômica do Brasil. O expositor será François Dossa, presidente da Câmara de Comércio França-Brasil. A comitiva estará acompanhada de empresários franceses.

Trabalho deve seguir duas linhas de investigação: uma voltada à análise de recursos destinados a movimentos sociais e outra a repasses a ONGs ligadas aos sem-terra

Pedido para criação da CPI do MST é lido no Congresso

COM A ASSINATURA de 35 senadores e 182 deputados, número superior ao necessário, o requerimento para a instalação da CPI Mista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi lido ontem em sessão conjunta do Congresso Nacional.

A leitura é pré-requisito para a instalação da comissão. Até à meia-noite de ontem, nos termos regimentais, outros parlamentares poderiam reforçar o pedido, mas assinaturas também poderiam ser retiradas do documento.

Pelo regimento, as comissões mistas de inquérito exigem apoio mínimo de um terço dos integrantes de cada Casa. Ou seja, assinaturas de pelo menos 27 senadores e 171 deputados. Na sessão conjunta, ainda na esperança de mudar o jogo, como aconteceu no início do mês com o primeiro requerimento para

que o MST fosse investigado, governistas apelaram aos colegas que assinaram o novo pedido para que retirassem seus nomes. Outros parlamentares se concentraram nas críticas ou aplausos ao avanço do requerimento atual.

– A reedição do pedido para esta CPI é uma vergonha e mostra a hegemonia das forças conservadoras. É uma CPI contra a reforma agrária, a favor do agronegócio e pela criminalização dos movimentos sociais no país – protestou o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

Por sua vez, o deputado Onyx Lorenzoni (RS), vice-líder do DEM e um dos autores do requerimento, defendeu o agronegócio. Como observou, esse é o setor “moderno e competente”, responsável pelas receitas que garantem o superávit comercial do país. Para o deputado, o colega do PSOL se limitou a fazer

um discurso “raivoso e ultrapassado”, a favor de uma organização social sem existência formal e dedicada apenas a “destruir”. Conforme Lorenzoni, isso ficou demonstrado com a derrubada de laranjal em fazenda ocupada em São Paulo.

– Qualquer cidadão que patrocinasse algo assim iria para a cadeia, mas a lei não existe para o MST – criticou Lorenzoni.

O requerimento para criação da comissão parlamentar mista de inquérito teve ainda como autores a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado.

A intenção dos autores do requerimento é abrir duas linhas de investigação: uma direcionada ao exame dos recursos públicos destinados aos movimentos sociais e outra a analisar especificamente os repasses a organizações não governamentais que seriam ligadas ao MST.

Osmar Dias anuncia que assinará requerimento



Osmar Dias

O líder do PDT, Osmar Dias (PR), anunciou que, após consulta a sua bancada, decidiu assinar o requerimento de criação da comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar a destinação dos repasses do governo para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CPI Mista do MST), contrariando os quatro demais senadores do partido, que optaram por não assinar.

– Em nome da minha coerência, embora entenda que CPI não pode ser transformada em instrumento político-eleitoral, e tem uma simbologia no meu estado, sendo eu agrônomo e agricultor de profissão, não posso deixar de me manifestar – disse.

O senador afirmou ter ouvido de lideranças sociais opiniões distintas. Segundo ele, “há aqueles que pensam que, se o MST estiver agindo de forma regular, não tem por que temer a investigação e, não havendo o que temer, não há razão para não haver investigação”.

Osmar Dias relatou ainda visita à cidade de Araucária (PR), onde disse ter ouvido reivindicações da comunidade por melhorias do transporte coletivo, da segurança pública e da saúde pública; e solução para o déficit habitacional da região metropolitana.

Flávio Torres pede mais recursos para Embrapa



Flávio Torres

Flávio Torres (PDT-CE) anunciou ontem a intenção de articular a bancada cearense no Congresso para a apresentação de uma emenda destinando R\$ 6 milhões no Orçamento a projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa). Ele ressaltou a importância das pesquisas da empresa, especialmente no semi-árido nordestino.

O parlamentar apresentou dados da Embrapa Agroindústria Tropical no Ceará, relacionando aumento dos recursos em pesquisa com maior produtividade no campo. Segundo ele, essa unidade da Embrapa é referência em pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação, estando voltada para o desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas. Flávio Torres observou que, ao contrário de análises superficiais, as experiências da Embrapa demonstram que investimentos em tecnologia têm alta rentabilidade, sendo que para cada real investido o retorno é de R\$ 13,55.

O senador criticou a compra, pelo governo federal, de jatos para a Força Aérea Brasileira, com recursos da ordem de R\$ 27 bilhões, enquanto há dificuldades em destinar recursos para os projetos da Embrapa, ao custo de R\$ 6 milhões.

Ideli defende posição “ofensiva” do Brasil sobre mudança climática

Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem a tomada de uma posição “ofensiva, instigante e até de provocação” por parte do Brasil na Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que será realizada em dezembro em Copenhague, na Dinamarca. Ela assinalou que o Brasil tem a seu favor uma das maiores coberturas florestais e uma das maiores reservas de água doce do planeta, além de ter também uma matriz energética altamente renovável.

– Mas não podemos ter uma posição ingênua e assumir metas sem que os demais países também o façam na medida da responsabilidade que têm e que



Ideli ressalta que país tem florestas e grandes reservas de água doce

tiveram com o comprometimento do planeta, com o volume de emissões de gás carbônico que praticaram e continuam praticando em níveis elevadíssimos.

Valadares: Brasil pode exigir em Copenhague metas mais ousadas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o Brasil terá o que mostrar na reunião mundial sobre o clima, em dezembro, em Copenhague, e por isso poderá pressionar os países ricos a adotarem metas mais ousadas de redução de poluentes. O senador lembrou que o desmatamento da Amazônia caiu de 27 mil quilômetros quadrados por ano para 12 mil, entre 2003 e 2008, e esta será uma das credenciais do Brasil naquela reunião.

Assinalando que os países ricos vêm se recusando a assinar um acordo mais amplo que o Protocolo de Kyoto, Valadares opinou que, “mais cedo ou mais



Valadares lembra que desmatamento na Amazônia caiu entre 2003 e 2008

tarde”, as nações ricas terão de assumir compromissos de percentuais elevados de corte na emissão de carbono para evitar o aquecimento do planeta.

Marina chama atenção para o drama dos índios guarani-kaiowás

A senadora Marina Silva (PV-AC) relatou ontem sua visita à terra indígena Yvy Katu, em Mato Grosso do Sul, onde foi realizada a Grande Assembléia Guarani Kaiowá. Ela explicou que, durante esse evento anual, os índios praticam suas rezas e discutem os problemas da comunidade.

Segundo Marina, os problemas enfrentados pelos indígenas “são de natureza muito grave” e de difícil solução. A senadora afirmou que grande parte dos índios está acampada às margens de estradas federais, esperando o reconhecimento do direito de posse de suas terras tradicionais.

Marina informou que enviará



Senadora enviará relato ao presidente Lula e pedirá audiência a Tarso Genro

relato da situação ao presidente da República e pedirá audiência ao ministro da Justiça, Tarso Genro, em busca de providências para os problemas dos guarani-kaiowás.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • João Pedro • Sadi Cassol • Flávio Torres • José Nery

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Gerardo Maggela

Colombo cobra adoção de políticas para jovens

Raimundo Colombo (DEM-SC) defendeu a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 42/09, que trata da regulamentação dos direitos da juventude. "É necessário regulamentar as políticas públicas para a juventude, a exemplo do que tem sido feito para a terceira idade, a partir da criação do Estatuto do Idoso", disse o senador.

Na avaliação de Colombo, o envolvimento dos jovens com violência, as dificuldades em conseguir o primeiro emprego e o combate às drogas são pontos que devem ser atacados pelas ações governamentais com ênfase na juventude.



Gerardo Maggela

Augusto homenageia o cirurgião-dentista

Augusto Botelho (PT-RR) destacou da tribuna a comemoração, em 25 de outubro, do Dia do Cirurgião-Dentista. O senador disse que a data se refere à criação, em 1884, dos primeiros cursos de Odontologia do país – no Rio de Janeiro e em Salvador.

Ele assinalou que o país enfrenta a contradição de contar com o maior número absoluto de dentistas e de quase 20% da população nunca ter recebido atendimento odontológico. E lembrou que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou investimentos superiores a R\$ 53 milhões para ampliar o atendimento à saúde bucal por meio do SUS.



Moreira Mariz

Zambiasi lembra os 20 anos do Templo da LBV

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou ontem os 20 anos do Templo da Boa Vontade, construído em Brasília pela Legião da Boa Vontade. O parlamentar disse que o templo, que é um espaço ecumênico, favorece a inspiração de sentimentos nobres.

Zambiasi informou que o edifício, na forma de pirâmide de sete faces, com 21 metros de altura por 28 metros de diâmetro, e um prisma de cristal no vértice, já recebeu mais de 19 milhões de pessoas, sendo o ponto turístico mais visitado na capital.

O senador disse que Brasília também celebrou ontem o Dia do Ecumenismo.

Projeto de Romero Jucá aprovado ontem na CDH, e que segue para análise terminativa da CCJ, determina que bens doados deverão ser utilizados prioritariamente em atividades ligadas diretamente a crianças e adolescentes

Conselhos tutelares poderão receber materiais apreendidos pela União

BENS APREENDIDOS EM ações de fiscalização de órgãos públicos federais poderão ser doados pela União aos conselhos tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta, de Romero Jucá (PMDB-RR), ainda será examinada pela CCJ em decisão terminativa antes de ser encaminhada à Câmara.

O relator foi Cícero Lucena (PSDB-PB). Segundo a proposta (PLS 330/09), os materiais recebidos na doação deverão ser usados preferencialmente em atividades ligadas diretamente às crianças e aos adolescentes.

Segundo Jucá, os conselhos tutelares têm dificuldade de exercer sua função por carência de recursos materiais.



J. Freilias

Em reunião da CDH, Cristovam Buarque, José Nery e Valter Pereira (D), autor de requerimento de audiência sobre a Venezuela

O vice-presidente da CDH, José Nery (PSOL-PA), sugeriu que emenda da comissão ao Orçamento destine recursos para estruturar os conselhos e qualificar os profissionais que neles atuam. Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu a exigência do critério de escolaridade para dirigentes dos conselhos.

A CDH também aprovou requerimento de Valter Pereira para a realização de audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores (CRE) a fim de discutir a situação dos direitos humanos e do sistema judicial na Venezuela. Na opinião de Nery, a audiência poderá ajudar os senadores a avaliar o pedido



J. Freilias

de ingresso da Venezuela no Mercosul. Serão convidados para o evento o advogado canadense Robert Amsterdam; o ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi; e o secretário-executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Fausto.

Falta preparo para a diversidade sexual nas escolas

Grande parte dos professores brasileiros ainda não possui formação adequada para lidar com a diversidade sexual dos alunos no cotidiano escolar, e as faculdades de Pedagogia não tratam a questão da homossexualidade em profundidade, afirmou Marisa Serrano (PSDB-MS) na abertura do seminário Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu que o respeito humano e a luta contra a homofobia ganhem maior espaço nas escolas, enquanto Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que acabar com o preconceito nos estabelecimentos escolares passa pela melhoria da educação.

O presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bis-



José Cruz

Miriam Abramovay, Pedro Chequer, Maria Elisabete Pereira, Marisa Serrano, Toni Reis, Rosiléa Wille e Carlos Laudari

sexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, disse que, de acordo com recente pesquisa, cerca de 60% dos professores não sabem lidar com esse segmento da sociedade na sala de aula, 40% de meninos e meninas não gostariam de estudar com homossexuais e 35% dos pais não se sentiriam à vontade se os seus filhos estudassem com membros da comunidade LGBT.

Toni Reis reconheceu, no entanto, o programa do governo Brasil sem Homofobia como um avanço e defendeu a aprovação do projeto que pune quem praticar qualquer tipo de discriminação em razão da orientação sexual (PLC 122/06).

Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto, disse ter entregue na CAS substitutivo ao texto original. Ela afirmou que está esperando a retirada de pedido

de audiência pública para que a matéria possa ser colocada na pauta de votações.

– Acredito que esse debate, o primeiro de um ciclo sobre a violência nas escolas, é muito importante – afirmou.

A senadora é uma das autoras do requerimento para a realização do seminário, também assinado por Cristovam, Paulo Paim (PT-RS), Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PSDB-PR).



J. Freilias

Flávio Arns (E), Papaléo Paes e João Durval na Comissão de Assuntos Sociais

Cadastro nacional deve facilitar busca de crianças desaparecidas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que cria um Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos cuja ocorrência tenha sido registrada em órgão de segurança pública federal ou estadual.

Conforme o projeto (PLC 60/09), o cadastro deverá conter as características físicas e os dados pessoais da criança ou do adolescente. Para impedir que o projeto volte à Câmara dos Depu-

tados, o relator substituto, Lobão Filho (PMDB-MA), retirou emenda que obrigava as emissoras públicas de rádio e TV a veicular informações do cadastro durante cinco minutos diários.

No entanto, por sugestão de Flávio Arns (PSDB-PR), a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), enviará às emissoras apelo para que exibam diariamente os dados do cadastro. A proposta segue para a CDH, para decisão terminativa.

Programa de prevenção de doenças nas cordas vocais

Os professores da rede pública de ensino poderão contar com medidas de prevenção e recuperação de desordens vocais. Proposta nesse sentido, criando o Programa Nacional de Saúde Vocal, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria é autorizativa para o poder público e segue agora para votação pelo Plenário.

O projeto (PLC 11/09), de autoria do deputado Carlos Abicalil (PT-MT), tem por finalidade oferecer aos professores da rede pública de ensino medidas contra alterações nas cordas vocais, na faringe e na laringe, por meio de ações de prevenção, capacitação e recuperação das desordens vocais.

A iniciativa abrangerá a realização de exames preventivos nos professores, a execução de programas de capacitação por meio de treinamentos teóricos

e práticos, e programa de recuperação com atendimento fonoaudiológico para reabilitação dos professores acometidos por desordens vocais ou de laringes.

A proposta determina que os exames sejam realizados por equipe interdisciplinar composta por médicos e fonoaudiólogos.

Lesões

Em casos de constatação de lesões, a equipe deverá analisar a necessidade de redução da carga de trabalho em sala de aula e a hipótese de transferência do professor para outras funções que não exijam uso da voz por tempo prolongado.

Em seu parecer favorável, o relator Papaléo Paes (PSDB-AP) lembrou que os professores do ensino básico são os mais acometidos com nódulos nas cordas vocais.

Em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, a jornalista Tereza Cruvinel faz balanço de quase dois anos de criação de TV pública; senadores elogiam trabalho e defendem recursos para emissora

TV Brasil comprova que é isenta em relação ao governo, afirma diretora

QUASE DOIS ANOS após a sua criação, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não enfrenta mais a suspeita de falta de isenção em relação ao governo federal, disse ontem a diretora-presidente da empresa, a jornalista Tereza Cruvinel. Ao participar de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ela demonstrou satisfação com a receptividade do público em relação à TV Brasil, principal produto da EBC.

Tereza pediu apoio aos senadores da comissão para que se mantenha no Orçamento da União de 2010 a verba proposta de R\$ 446,7 milhões, dos quais R\$ 109,4 milhões seriam destinados a investimentos. Segundo a diretora, a dotação prevista conta com "muita receita própria" e permitirá o fortalecimento de uma aliança que a EBC vem firmando com televisões educativas estaduais.

Uma das prioridades para o ano que vem, de acordo com a jornalista, será o projeto de



Tereza Cruvinel fala em audiência presidida pelo senador Flexa Ribeiro

Operador Único de TV Digital, por meio do qual a TV Brasil dividirá custos de implantação de torres em todo o país com as TVs Senado e Câmara, além dos ministérios responsáveis pelos futuros canais digitais de educação, cultura e cidadania. Ela anunciou ainda a intenção de transformar o atual Canal Integración, voltado aos países vizinhos, na TV Brasil Internacional, que terá entre seus espectadores os mais de 3 mi-

lhões de brasileiros que vivem no exterior.

Equilíbrio

Autor do requerimento para a realização do debate, Renato Casagrande (PSB-ES) disse que não existe mais polêmica sobre a EBC, uma vez que a nova empresa vem agindo de "forma equilibrada". Pedro Simon (PMDB-RS) recordou ter feito críticas à criação da empresa por medida provisória – e não por

projeto de lei, discutido com a sociedade. Mas observou que a EBC está "no caminho certo".

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o fato de até hoje não terem sido liberados recursos equivalentes a 5% do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), que deveriam ser encaminhados à EBC e a outras empresas públicas de comunicação. Segundo Tereza, uma "batalha de liminares" tem evitado que os recursos pagos pelas empresas de telecomunicação cheguem de fato à EBC.

Lobão Filho (PMDB-MA) disse que o principal legado da atual administração da EBC será uma televisão pública que "não seja a voz do Estado, mas as vozes do povo brasileiro". Roberto Cavalcanti (PRB-PB) observou que a diretoria da EBC pode sentir orgulho pelo fato de a empresa já ser reconhecida por boa parte da população. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a TV Senado, um "exemplo de sucesso", e sugeriu que o Senado aprove as indicações dos membros do conselho curador da EBC.



César Borges: prefeitos promoverão dia de luta

César Borges (PR-BA) anunciou ontem, em discurso, que prefeitos e vereadores de todo o país farão amanhã seu dia de luta, com manifestações e paralisações para alertar os governos federal e estaduais sobre as dificuldades financeiras que vêm enfrentando. Ele disse que na Bahia o movimento irá se concentrar na assembleia legislativa.

O senador aproveitou para cumprimentar o ex-prefeito da cidade de Utinga (BA) Alberto Muniz pela eleição para a presidência da Associação Brasileira de Municípios, destacando que Muniz pertence ao seu partido, o PR.



"Brasil pode mediar a paz no Oriente Médio"

O Brasil reúne condições para liderar negociações capazes de pôr fim ao conflito no Oriente Médio, desde que o Estado palestino seja plenamente reconhecido e economicamente viável, e não haja restrições ao seu funcionamento, disse ontem Osmaldo Sobrinho (PTB-MT).

O senador lembrou sugestão do ministro israelense das Relações Exteriores, Avigdor Lieberman, que, em encontro com o presidente Lula, teria afirmado que "o Brasil poderá ser mediador nas negociações de paz no Oriente Médio, por ser muito forte e ter laços com o mundo árabe e boas relações com Israel".

Suplicy protesta contra criação de cargos. Sarney nega proposta

Apoiado por vários senadores, Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem contra a possibilidade de criação de 102 novos cargos comissionados no Senado. Ele citou matéria do **Jornal do Senado** segundo a qual o Conselho de Administração da Casa poderia propor mudanças na estrutura dos gabinetes, e outra do *Correio Braziliense*, na qual se afirma que "essa proposta abre brecha para que os atuais chefes de gabinete, obrigatoriamente servidores de carreira, sejam substituídos por indicações políticas".

O presidente do Senado, José Sarney, disse estar "perplexo" com a notícia. Afirmou que a proposição não existe e que, caso existisse, seria "uma insensatez".

– Não se está criando cargo algum – declarou Sarney.

Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou que não houve nenhuma decisão com esse objetivo.

Ao criticar a eventual substituição dos chefes de gabinete, Suplicy defendeu a manutenção de servidores de carreira nesses cargos, "pois eles funcionam como verdadeiras âncoras da

integridade administrativa do Senado".

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que "os atuais chefes, todos do quadro do Senado, são muito bem qualificados e conhecem muito bem a Casa".

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a criação de novos cargos comissionados "iria contra a necessidade de reduzir os custos da Casa". O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que também apoiou Suplicy, disse que "ou o Senado muda ou o Senado acaba".

Por sua vez, José Nery (PSOL-

PA) solicitou reunião com os líderes partidários para discussão da proposta de reforma administrativa apresentada pela Fundação Getúlio Vargas.

Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou que o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), e o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, devem prestar esclarecimentos sobre a reforma na próxima semana, durante reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que é presidida pelo senador capixaba.



Senador pede abertura de processo para apurar possível situação irregular

Marconi: corte de salário a quem não se cadastrou

Marconi Perillo (PSDB-GO) solicitou ontem à diretora de Recursos Humanos do Senado, Dóris Romariz, a suspensão do pagamento do salário dos 828 servidores da Casa que não fizeram o cadastramento, cujo prazo se encerrou no dia 16.

O senador pediu abertura de processo administrativo contra os que não se cadastraram, "com o objetivo de apurar os motivos do não atendimento e de possíveis irregularidades quanto ao exercício profissional".

– Esse requerimento tem por fundamento a preocupação quanto a possíveis irregularidades apontadas pela imprensa de que existiriam funcionários "fantasmas" que estariam recebendo vencimentos.

Servidores podem corrigir informações

Os servidores do Senado que precisarem retificar os dados fornecidos no cadastramento promovido pela Secretaria de Recursos Humanos terão prazo até a meia-noite de segunda-feira para corrigir as informações prestadas.

Os servidores poderão acessar o formulário de cadastramento no sistema interno (Ergon) e escolher a opção "retificar formulário". Sempre que o formulário for aberto, ainda que só para leitura, é preciso imprimir o recibo e guardar o documento.

No dia 16 deste mês, o Senado Federal concluiu o cadastramento dos seus servidores. Dos 6.277 servidores, 5.449 se cadastraram, um percentual de 86,8% do total. Mas esses números ainda podem mudar, uma vez que alguns formulários foram enviados pelo Correio e devem chegar a Brasília nos próximos dias.

A partir de 2009, o cadastramento dos servidores será anual.



Flávio Arns ressalta atendimento gratuito para prevenção do glaucoma

Flávio Arns elogia Semana da Visão

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) elogiou ontem a realização da Semana da Visão, promovida pelo Programa do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência.

O evento, que teve início na terça-feira passada, prossegue até amanhã no Salão Branco do Palácio do Congresso Nacional (Chapelaria) e conta com atendimento oftalmológico gratuito para a prevenção do glaucoma (doença que atinge o nervo ótico e pode causar cegueira).

Flávio Arns também registrou sua participação na cerimônia de entrega do Prêmio Víctor Civita Educador Nota 10, na segunda-feira.



Comunicação à ANA sobre reserva hídrica

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu projeto de sua autoria (PLS 427/09) estabelecendo que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deve comunicar à Agência Nacional de Águas (ANA) a descoberta de reserva hídrica em virtude de perfurações realizadas por empresas concessionárias da exploração de petróleo e gás.

– Por que não aproveitar essa água e dá-la às comunidades próximas? – indagou a senadora, frisando que os administradores públicos devem saber onde estão esses poços e fazer projetos que permitam a utilização dessa água.